



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

**Exercício dos psicólogos em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes:
Uma revisão da literatura**

Izadora Castanho Vasconcelos

Maira Oliveira dos Santos

Orientadora: Prof.^a Ms. Ana Cândida Cardoso Cantarelli

Goiânia, junho de 2025



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**

**Exercício dos psicólogos em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes:
Uma revisão da literatura**

Izadora Castanho Vasconcelos

Maira Oliveira dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para conclusão da disciplina de
Trabalho de Conclusão Curso II do curso de
Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás.

Professora: Ms. Ana Cândida Cardoso Cantarelli

Goiânia, junho de 2025

Resumo

O presente estudo aborda a atuação de psicólogos em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes com base em uma revisão narrativa da literatura científica brasileira dos últimos cinco anos. Teve como objetivo analisar as principais abordagens e técnicas utilizadas por psicólogos no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, além de investigar os impactos emocionais e sociais das intervenções. As práticas mais citadas foram a escuta especializada, o acolhimento psicológico, o uso de abordagens cognitivo-comportamentais, centradas na pessoa e psicanalíticas. Identificou-se uma lacuna na literatura quanto à descrição das práticas clínicas e às competências necessárias para a atuação eficaz. Conclui-se que a atuação do psicólogo nesse campo demanda práticas sensíveis, baseadas em evidências e sustentadas por princípios éticos, sendo necessária a ampliação de estudos que aprofundem o tema.

Palavras-chave: Violência Sexual, Psicologia, Crianças e Adolescentes

Abstract

The present study addresses the role of psychologists in cases of sexual violence against children and adolescents based on a narrative review of Brazilian scientific literature from the past five years. The objective was to analyze the main approaches and techniques used by psychologists in assisting child and adolescent victims of sexual violence, as well as to investigate the emotional and social impacts of interventions. The most cited practices were specialized listening, psychological support, and the use of cognitive-behavioral, person-centered, and psychoanalytic approaches. A gap in the literature was identified regarding the description of clinical practices and the necessary competencies for effective intervention. It is concluded that the role of psychologists in this field requires sensitive, evidence-based practices supported by ethical principles, and there is a need for further studies to deepen the understanding of the topic.

Keywords: Sexual Violence, Psychology, Children and Adolescents

Agradecimentos

Eu, Izadora Castanho Vasconcelos, agradeço a Deus por guiar meus passos durante toda essa jornada. Aos meus pais, pelo amor incondicional e por acreditaram em meus sonhos antes mesmo que me entendesse por completo. Obrigada por serem meu porto seguro. À minha irmã Julia, pelo incentivo silencioso e por fazer os dias difíceis parecerem mais leves. Aos amigos pelas risadas que aliviaram a pressão, pelas palavras de incentivo e momentos de escuta verdadeira, em especial minha dupla, Maira. Aos professores que, com dedicação e sensibilidade, mostraram que cuidar do outro é, antes de tudo, um gesto profundo de empatia, coragem e transformação. E por fim, agradeço a mim mesma por não ter desistido.

Eu, Maira Oliveira dos Santos, agradeço a Deus por me sustentar com perseverança durante toda essa caminhada. Aos meus familiares pelo apoio, compreensão e incentivo, especialmente aos meus avós que não puderam acompanhar o final da minha jornada na graduação. Aos meus amigos (as) que com palavras de encorajamento e companheirismo, contribuíram significativamente para a realização deste tornando essa etapa mais leve, em especial a minha dupla, Izadora. Aos professores da graduação que desenvolveram em mim, com afinho, um anseio por transformar realidades por meio da Psicologia - e por fim a mim mesma.

Em conjunto, agradecemos a nossa orientadora professora Ana Cândida Cardoso Cantarelli, por sua dedicação, paciência e orientação constante que foi de suma importância nesse processo. Estendemos também nossa gratidão à instituição de ensino pela qual esse trabalho foi realizado como requisito para conclusão do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e aos profissionais que, direta ou indiretamente, contribuíram para esse trabalho. A todos que, de alguma forma fizeram parte dessa trajetória: nosso muito obrigada. Esse trabalho não é fruto de um esforço solitário, mas da soma de muitas mãos, afetos e incentivos.

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Objetivos	12
2.1. Objetivo geral	12
2.2. Objetivos específicos	12
3. Método	13
4. Resultados e Discussão	15
5. Conclusão	23
6. Referências	25

INTRODUÇÃO

Dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, publicados pelo Governo Federal brasileiro (2023) demonstraram que o disque 100 (Disque Direitos Humanos) registrou mais de 17 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes de janeiro a abril de 2023 no Brasil. Nos quatro primeiros meses de 2023 foram registradas, ao todo, 69,3 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, das quais 9,5 mil denúncias e 17,5 mil violações envolvem violências sexuais físicas – abuso, estupro e exploração sexual – e psíquicas. Esse dado alarmante reforça a necessidade de políticas públicas e pesquisas voltadas para a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Dessa forma, a violência sexual é um problema de saúde pública que configura uma violação dos direitos humanos e que pode desencadear uma série de consequências de curto, médio e longo prazo nas esferas cognitiva, emocional e física da vítima (World Health Organization (WHO), 2020). Além de uma série de consequências para a sociedade que serão abordadas no decorrer desse trabalho. Destaca-se ainda a necessidade de investimentos em políticas públicas de proteção e prevenção (WHO, 2014).

Para Bock, Furtado e Teixeira (2018, p. 363)

a violência é um sintoma do mal-estar nas relações humanas, da fragilidade e/ou ruptura dos laços sociais de indivíduos, grupos ou nações. E, ao mesmo tempo, está na origem de muitas situações que causam mal-estar, insegurança coletiva, medo social e estimulam, legitimam a intolerância e práticas repressivas.

Por definição de violência, segundo Krug, Dahlberg, & Zwi (2002), no relatório mundial sobre violência e saúde, entende-se o uso intencional da força ou do poder, real ou

em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte ou dano psicológico.

No Brasil, considera-se violência contra criança, quando a vítima tem de zero a 12 anos de idade incompletos, e adolescente, entre 12 e 18 anos incompletos, conforme o que dispõe o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 2015). Por violência sexual contra crianças e adolescentes entende-se, segundo Brasil (2017) na Lei nº13.431/2017, toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros. Neste sentido, para se enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, exigiu-se a formulação de marcos referenciais importantes como a Constituição Federal de 1988 e o ECA, de 1990 (Conselho Federal de Psicologia, 2020).

Dados da Fundação Abrinq (2024) apontaram que no Brasil as maiores vítimas de violência sexual são meninas com menos de 19 anos de idade, demonstrando ainda que a situação é alarmante em todas as regiões do Brasil, sendo a região Norte (86,9%) a com maior discrepância: são quatro crianças em cada cinco vítimas que sofrem algum tipo de violação sexual. As regiões Sul (78,7%) e Centro Oeste (74,6%) vêm logo em seguida, também em situações alarmantes acima da média nacional (73,5%).

Nessa perspectiva, Habigzang e Caminha (2004) abordam que o abuso ou maus-tratos contra crianças e adolescentes é perpetrado por um adulto ou alguém em estágio de desenvolvimento superior tanto em idade, força física e posição social. Além disso, Costa (2013) aborda que:

[...] todas as dimensões presentes no abuso sexual, seus atores, o contexto contemplam sua complexidade relacional, social, cultural e histórica sendo assim o abuso sexual enquanto violência não é um ato isolado, mas um

processo constituído por cultura, classe, raça, normas, valores, limites, papéis, tabus e tantos outros aspectos que constituem a subjetividade da violência expressa em uma sociedade.

Dentre as possíveis e inúmeras consequências listadas para as vítimas, Furniss (1993) afirma que o grau de severidade dos efeitos do abuso sexual variam de acordo com algumas condições de cada indivíduo, como a idade da criança quando iniciou-se a violência; a duração e quantidade de vezes em que ocorreu o abuso; o grau de violência utilizado no momento da situação; a diferença de idade entre a pessoa que comete e a que sofreu o abuso; se existe algum tipo de vínculo entre o abusador e a vítima. Além disso, Pelisoli e Rovinski (2020) complementam que os danos podem manifestar-se em diferentes momentos da vida das vítimas, imediatamente após a violência ou em médio ou longo prazo.

As consequências mais recorrentes são depressão, ansiedade, dissociação, problemas de conduta, agressividade, comportamento sexual inapropriado, dificuldades educacionais, prostituição, tentativas de suicídio, medo e baixa autoestima, além disso o efeito mais recorrente dessa experiência é o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Nesse mesmo aspecto, as consequências também se estendem à sociedade e se apresentam de formas variadas como uso de tabaco, álcool e outras drogas, saída de casa -situação de rua-, criminalidade, exploração sexual de menores entre outras. (Cruz, Gomes, Campos, Estrela, Whitaker e Lírio, 2021). Ademais, conforme uma revisão realizada Pelisoli e Rovinski (2020), não há um sintoma único que caracterize a maior parte das vítimas de abuso sexual e, portanto, não há um processo traumático que seja similar para todas as vítimas.

O Conselho Federal de Psicologia (2020), nas referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual ressalta que o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) apresenta diretrizes para a

atuação do psicólogo a fim de contribuir para a eliminação de quaisquer formas de violência. Além disso, o profissional de psicologia deverá atuar com responsabilidade social e considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais. Dentre as formas de atuação do profissional de psicologia nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes pode-se destacar duas vertentes, a protetiva e a interventiva.

A atuação psicológica na rede de proteção deve ser operacionalizada por um conjunto de procedimentos técnicos especializados, com o objetivo de estruturar ações de atendimento e de proteção a crianças, adolescentes e suas famílias. Algumas dessas ações de atendimento e de proteção são desde a escuta até os atendimentos psicossociais, familiares, atuação na comunidade desenvolvendo ações de prevenção à violência (Conselho Federal de Psicologia, 2020).

Já a vertente de atuação interventiva compreende o serviço que deve desenvolver acolhimento, escuta, atendimento especializado, em rede, interdisciplinar, encaminhamento e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual (Conselho Federal de Psicologia, 2020). Ou seja, a atuação profissional no sentido protetivo e socioeducativo é mais ativa pelas(os) as(os) profissionais inseridas(os) nas Políticas Públicas municipais e estaduais de Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura e Lazer, e as práticas interventivas compreendem o terceiro setor, nos serviços-escola e projetos de extensão de Universidades (Conselho Federal de Psicologia, 2020) além de encaminhamentos para atendimento nos setores privados a depender da demanda.

Ainda nesse aspecto, além de referências técnicas para atuação de psicólogos, é necessário que os profissionais tenham competências para essa atuação. Por competência entende-se, segundo a Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho—

SBPOT (2020), um conjunto de pré-requisitos relacionados a conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para o desempenho na área. Algumas das competências pessoais dos psicólogos abordadas pela SBPOT (2020) são: o desenvolvimento profissional contínuo dentro de um plano estratégico de carreira; uma autoavaliação crítica sobre suas práticas buscando oportunidades de melhoria; criatividade e inovação que refere-se a estar disposto a desenvolver novas técnicas, métodos de intervenção e serviços; atuação em equipes multiprofissionais demonstrando habilidades sociais no estabelecimento de relações profissionais; comunicação clara, coesa e assertiva e liderança de equipes ou processos grupais que produzam resultados. Embora seja um campo de estudo da área organizacional as competências também são um tema referente a atuação de todos os psicólogos em quaisquer áreas.

De acordo com o CensoPsi, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (2022 a), dos profissionais que atuam na psicologia 73,1% atuam na clínica; 20,1% social; 19% saúde; 18,3% docência; 12,1% organizacional e do trabalho; 11,8% avaliação psicológica; 11,2% educacional; 6,2% hospitalar; 5,7% jurídica; 5,7% neuro; 2,2% outras áreas; 0,7% tráfego; 0,5% esporte e 0,1% atuam na área ambiental. Nesse aspecto, visando a atuação profissional nos casos de violência sexual, as principais áreas de atuação e suas principais práticas, segundo o último CensoPsi (CFP, 2022 b), são Jurídica, sendo a elaboração de documentos psicológicos (25,5%) e avaliação psicológica (22,8%) as atividades mais desempenhadas, as demais práticas não chegam a 10% como ensino, acolhimento psicológico, supervisões, perícias e pesquisa; Clínica sendo a psicoterapia individual a atividade mais desempenhada (55,0%) dos respondentes da pesquisa, cuja a especificidade é o acolhimento psicológico e a escuta. Na área Social parte das atividades são ensino, acolhimento psicológico, supervisões e pesquisas, as demais atividades aparecem em porcentagens inferiores. Tais atividades são desempenhadas em um conjunto amplo de políticas públicas da

área Social que vão desde a participação nos dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) até instituições de terceiro setor. E Saúde tendo a psicoterapia como a atividade mais desempenhada (49,0%) dos respondentes da pesquisa, seguido de psicoterapia individual (19,0%), acolhimento psicológico e avaliação psicológica. As demais práticas das grandes áreas de atuação da Psicologia não serão abordadas.

Tais dados são relevantes para contextualizar a atuação dos psicólogos e quais suas práticas mais desempenhadas dentro da temática desse trabalho, no caso, a atuação jurídica, clínica, social e saúde são as grandes áreas mais pertinentes. Nesse sentido, emerge o seguinte questionamento: entendendo a violência sexual como um processo complexo atravessado por múltiplos fatores no contexto social, em quais atuações o profissional da psicologia se depara com a violência?

A escolha de pesquisar o tema: a atuação do psicólogo em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes é relevante e necessária devido à complexidade e gravidade das consequências desse fenômeno afetando diretamente a integridade física, emocional e psicológica de seus membros, influenciando de maneira profunda as dinâmicas desses indivíduos, suas famílias e meios sociais em que vivem. Ressalta-se também a importância de uma psicologia brasileira capacitada para atuar com a temática da violência considerando a complexidade do tema e seus diversos desdobramentos, com profissionais técnica e eticamente preparados para lidar com as demandas relacionadas ao assunto.

Ademais, duas hipóteses motivaram este trabalho. A primeira de que uma boa atuação do(a) psicólogo(a) no processo judicial favorece encaminhamentos mais assertivos ao caso, como direcionamentos especializados as consequências decorrentes da violência sofrida

para vítimas atendidas. A segunda hipótese é de que existem competências específicas que devem ser desenvolvidas pelos psicólogos para atuar em processos judiciais e nas intervenções.

Desse modo, a presente pesquisa visa responder através de uma revisão bibliográfica narrativa da literatura, o seguinte questionamento “como a literatura científica aborda a atuação do psicólogo no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual?”

Nessa perspectiva, delimitou-se dois objetivos gerais, analisar as principais abordagens e técnicas utilizadas por profissionais da psicologia no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual; e investigar os impactos das intervenções no desenvolvimento emocional e social das vítimas. Os objetivos específicos deste trabalho são identificar as principais práticas psicológicas utilizadas por psicólogos no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no contexto da publicação científica da área; investigar os impactos dessas intervenções no desenvolvimento emocional e social das vítimas e analisar as concepções que caracterizam a prática de psicólogos neste campo no contexto nacional, considerando as publicações dos últimos cinco anos.

MÉTODO

Realizou-se uma revisão bibliográfica narrativa da literatura que de acordo com Gil (2002) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos para responder a uma pergunta de pesquisa. Para alcançar os objetivos gerais e específicos, realizou-se uma busca bibliográfica na base de dados Periódicos CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da saúde (LILACS) entre os meses de fevereiro e março de 2025 pelas duas autoras deste trabalho, para que as informações fossem conferidas mais de uma vez com o objetivo de estabelecer maior precisão referente ao material e as etapas a serem seguidas.

Os descritores utilizados para pesquisa nas bases de dados escolhidas foram combinações propostas pelo Descritores de Ciências em Saúde (DeCS) os termos: “violência”, “sexual”, “psicolog*” e “crianças e adolescentes” utilizando como operador booleano de termo "AND".

Para a seleção prévia dos conteúdos foi utilizada a estratégia de busca na base de dados descrita anteriormente. Com o resultado obtido, analisou-se no título dos artigos os termos “violência”, “sexual” e “crianças e adolescentes”. Além disso foram lidos os resumos das publicações para conferir a prévia do artigo e sistematizar seu conteúdo a fim de selecioná-lo ou não para nossa revisão conforme a temática. Para a seleção final do material a ser lido na íntegra utilizou-se apenas artigos científicos que tratem da temática dessa revisão de literatura e aqueles publicados dentro de um período de cinco anos, ou seja, todas as produções referentes ao assunto pesquisado de 2020 a 2025 no idioma português. Os artigos excluídos foram aqueles que não puderam ser acessados na íntegra, que tratassem de outros tipos de violência que não seja a do tipo sexual contra crianças e adolescentes, que não

trouxessem a atuação dos profissionais de psicologia como base e aqueles publicados antes do ano de 2019.

Os artigos lidos na íntegra foram selecionados de forma independente pelas duas autoras, conforme a metodologia descrita. Em seguida, realizou-se uma avaliação conjunta a fim de avaliar a concordância de seleção das autoras. As discordâncias resolveram-se mediante discussão e consenso entre as autoras.

Por fim foram encontrados 978 artigos totais, que restaram em 13 para a revisão de literatura de forma definitiva. Eles foram lidos na íntegra e seus dados foram codificados no Excel. Iniciou-se a aplicação dos critérios de exclusão em etapas, primeiramente com a leitura dos títulos e dos resumos e posteriormente a leitura completa dos artigos e exclusão de duplicatas. Após essas etapas obteve-se o quantitativo, o resumo dessa extração pode ser observado na Figura 1.

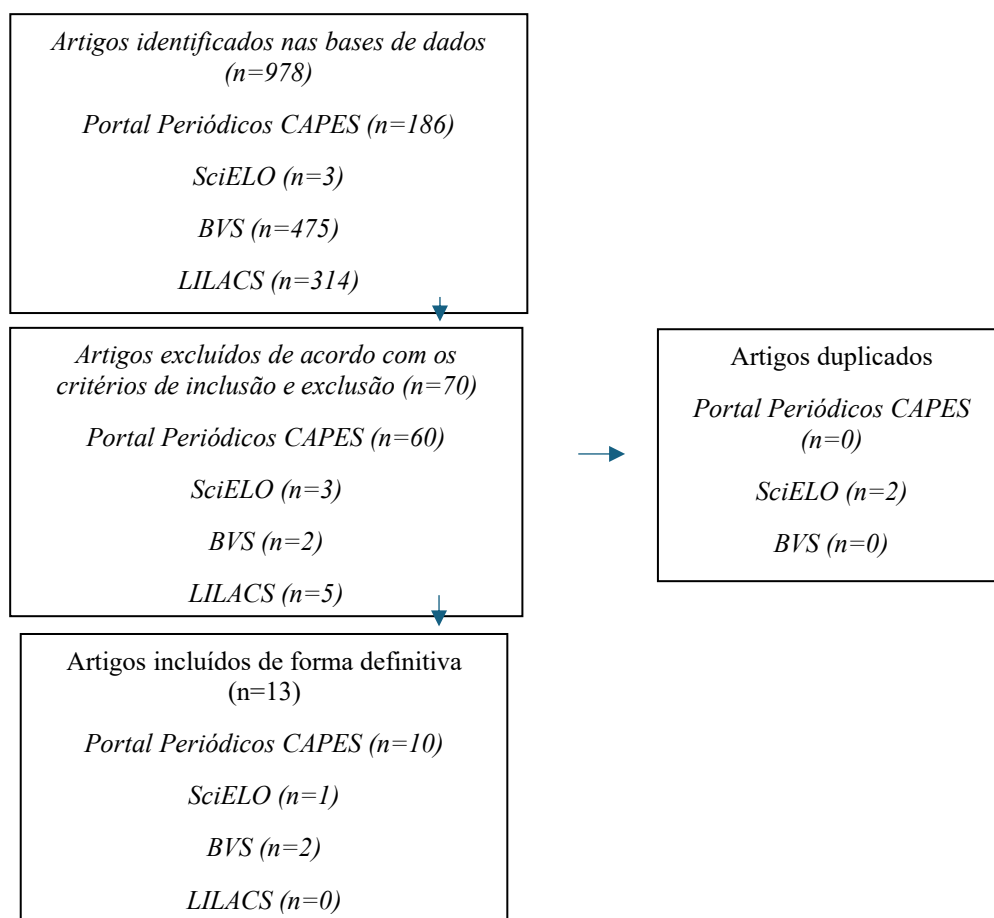


Figura 1. Resultados da busca bibliográfica. Fonte: Elaboração das autoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados no quadro apresentam os 13 artigos selecionados para a revisão bibliográfica conforme descrito na metodologia.

Quadro 1. Título dos artigos, ano de publicação, base de dados e autores dos artigos selecionados para a revisão de literatura.

Título	Base de dados	Ano de publicação	Revista	Autores
Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes.	CAPES	2020	Psico-usf	Aznar-Blefari, C., Schaefer, L. S., Pelisoli, C. da L., & Habigzang, L. F..
Promoção de Resiliência e Tratamento Psicológico para Crianças e Adolescentes com Deficiência Vítimas de Violência Sexual.	CAPES	2022	Revista Subjetividades	Dupont, M. F., Marques, S. S., Arnoud, T. de C. J., & Habigzang, L. F
Um olhar da psicologia sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes: uma revisão integrativa.	CAPES	2022	Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento	Fernandes, D.T., Teixeira, M.R.C., Alves, P.C.B de A., Pereira, B.M., & Lima, A.I.O.
Depoimento Especial a partir de Opiniões de Psicólogos Brasileiros Atuantes nessa Prática	CAPES	2021	Psico-usf	Sanson, J. A. da S., & Hohendorff, J. V.
O papel do psicólogo junto a crianças e adolescentes vítimas de violência	CAPES	2023	Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro	Colares Santos, C., & dos Anjos Costa, D.
Violência sexual contra crianças e adolescentes na percepção dos profissionais de saúde.	CAPES	2024	Revista Científica Multidisciplinar	Lopes, F., Schek, G., Albuquerque, F.M.P., Dal Pai, S., Kleinubing, R.E., Mix, P.R., Rodrigues, E.F.
Abuso de vulneráveis no âmbito familiar	CAPES	2020	Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.	Milhomens, J.C.M.C & Maciel, J.A.
Violência sexual contra crianças e adolescentes: caracterização epidemiológica dos casos antes e durante a pandemia da Covid-19 no estado do Pará	CAPES	2023	Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento	Hadad, A.C.C., & Souza, V.F.H.G de.
Violência contra crianças e adolescentes e a atuação do psicólogo	CAPES	2020	Revista Mosaico	Barbosa, C.T.A.M., & Rocha, F.M.
Percepções de conselheiros tutelares frente às situações de violência contra crianças e adolescentes	CAPES	2024	Revista Contexto & Saúde	Ribeiro, A. C., Pedroso, F. I., Arboit, J., Honnef, F., Cardoso de Paula, C., Leal, T. C. & Schek, G.

Atuação da Estratégia Saúde da Família em Casos de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	BVS	2022	Estudos E Pesquisas Em Psicologia	Setti, S. M., Trindade, A. de A., & Hohendorff, J. V.
Atendimentos psicossociais a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: Percepções de psicólogas de um CREAS/PAEFI.	BVS	2022	Psicologia: Ciência e Profissão	Martins, J. S., & Santos, D. K. dos
Escolas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes: análise bibliográfica de ações preventivas	SciELO	2024	Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação	Rodrigues, R. M., & Mello, R. R. de ..

Fonte: Elaboração das autoras

A partir do que foi apresentado sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, foram analisados 13 artigos, cujo objetivo foi identificar as principais abordagens e práticas utilizadas por psicólogos no atendimento de crianças e adolescentes, além de investigar os impactos das intervenções no desenvolvimento emocional e social das vítimas. A discussão estruturou-se conforme os eixos temáticos relacionados aos objetivos desse trabalho. A análise dos dados se deu por meio de uma descrição dos artigos analisados e, por quantificação (frequência e porcentagem) de elementos percebidos nos artigos como a categorização da prática, a área que pertencem, enfoques teóricos, locus de atuação, análise das competências necessárias e as intervenções mais recorrentes e os desafios da atuação. Para a análise optou-se categorizar por temas relacionados à atuação dos psicólogos frente à violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa decisão teve como objetivo facilitar a sistematização dos dados e proporcionar uma análise objetiva das contribuições existentes na literatura. Durante o processo de leitura, observou-se que os artigos, embora partilhem de um objeto comum, a intervenção psicológica em casos de violência sexual, apresentavam enfoques distintos quanto à natureza da prática profissional. Assim, a categorização permitiu distinguir duas dimensões principais de atuação: práticas protetivas e práticas interventivas, conforme o quadro 2.

A categoria de prática protetiva engloba os estudos que discutem o papel do psicólogo na rede de proteção, enfatizando ações voltadas à prevenção da revitimização, à escuta especializada e à articulação com instituições como o Conselho Tutelar, CREAS e o sistema de justiça. Já a categoria de prática interventiva refere-se aos artigos que abordam diretamente os procedimentos terapêuticos e psicossociais adotados pelos profissionais, com foco no acolhimento e no cuidado emocional das vítimas, bem como na promoção de sua saúde mental e desenvolvimento social, conforme apresentado pelo Conselho Federal de Psicologia (2020).

Quadro 2. Categorização dos artigos selecionados em tipo de atuação, protetiva ou interventiva.¹

Título	Tipo de atuação	Descrição
Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes.	Protetiva	Aborda a diferença entre Escuta Especializada, Depoimento Especial e Perícia Psicológica; e algumas "normas" para uma boa entrevista forense
Depoimento Especial a partir de Opiniões de Psicólogos Brasileiros Atuantes nessa Prática	Protetiva	Apresenta as opiniões de psicólogos brasileiros que atuam com o Depoimento Especial.
O papel do psicólogo junto a crianças e adolescentes vítimas de violência	Protetiva	Apresenta a Escuta Especializada, Depoimento Especial e Perícia Psicológica como procedimentos antevistos na legislação brasileira.
Abuso de vulneráveis no âmbito familiar	Protetiva	Explora as metodologias para prevenção da violência sexual.
Violência contra crianças e adolescentes e a atuação do psicólogo	Protetiva	Apresenta as possibilidades de atuação do psicólogo no atendimento às vítimas no contexto de Conselhos Tutelares Juizados Especiais, CREAS, CRAS, entre outros
Promoção de Resiliência e Tratamento Psicológico para Crianças e Adolescentes com Deficiência Vítimas de Violência Sexual.	Interventiva	Abordam as principais evidências científicas relacionadas ao tratamento psicológico para promoção de resiliência em crianças e adolescentes com deficiência que sofreram violência sexual.
Um olhar da psicologia sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes: uma revisão integrativa.	Interventiva	Aborda as práticas realizadas pela psicologia no contexto de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, destacando as consequências psicossociais e físicas.
Violência sexual contra crianças e adolescentes na percepção dos profissionais de saúde.	Interventiva	Identificar as ações desenvolvidas por profissionais de saúde no atendimento às vítimas de violência sexual.
Percepções de conselheiros tutelares frente às situações de	Interventiva	Apresenta as percepções de conselheiros tutelares diante as situações de violência

¹ Vale ressaltar que alguns dos artigos utilizados não explicitaram a categorização do tipo de atuação em protetiva ou interventiva, sendo realizada em sua maioria pelas autoras desse trabalho.

violência contra crianças e adolescentes		sexual e as denúncias após a constatação do abuso.
Atuação da Estratégia Saúde da Família em Casos de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Interventiva	Atuação dos profissionais de Estratégia Saúde da Família em Casos de violência sexual.
Atendimentos psicossociais a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: Percepções de psicólogas de um CREAS/PAEFI.	Interventiva	Problematizar as percepções de psicólogas em atendimentos psicossociais a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.
Escolas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes: análise bibliográfica de ações preventivas	Interventiva	Evidenciar as contribuições teóricas sobre prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.
Fonte: Elaboração das autoras		

Destes 13 artigos capturados, cinco deles (38,5%) abordavam práticas protetivas relacionadas à atuação no contexto jurídico, enquanto oito (61,5%) discutiam práticas interventivas no contexto psicossocial. Essa divisão evidencia a predominância do enfoque nas estratégias de intervenção direta, embora a proteção institucional também tenha se mostrado um tema recorrente na literatura.

Além disso, foi realizada uma categorização com base nas áreas do conhecimento às quais pertencem as revistas científicas em que os estudos foram publicados. Essa classificação tem como objetivo compreender os enfoques predominantes na produção acadêmica sobre a temática investigada.

A área de Psicologia reuniu 5 artigos, o que corresponde a 38,5% do total, correspondendo as revistas: Revista Psico-USF, Revista Subjetividades, Estudos e Pesquisas em Psicologia e Psicologia: Ciência e Profissão. A área Multidisciplinar, reuniu 5 artigos (38,5%), correspondendo em *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, *Revista Científica Multidisciplinar*. A área da Educação reuniu 2 artigos (15,4%) oriundos de revistas como a *Revista Mosaico* e a *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Por fim, a área da Saúde foi representada por 1 artigo (7,7%), publicado na *Revista Contexto & Saúde*. Essa distribuição demonstra que, embora a Psicologia e os enfoques interdisciplinares estejam em

destaque, a literatura científica sobre violência sexual infantojuvenil perpassa diversas áreas do saber, indicando a relevância de uma abordagem articulada entre os campos da saúde, educação, assistência social e sistema de justiça.

Ao analisar os artigos, foi possível identificar *locus* de atuação diferentes para os psicólogos no contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes. Um deles é voltado para espaços institucionais como redes de proteção, o Conselho Tutelar, CREAS e o sistema de justiça sendo observado em (53,8%) dos artigos analisados. Outro direcionado ao enfoque terapêutico-clínico, geralmente exercida em contextos de atendimento psicológico individual ou coletivo, como Unidades Básicas de Saúde (UBS), clínicas-escola, escolas de ensino regular e serviços especializados, correspondendo a (46,2%) dos artigos analisados.

A análise dos enfoques teóricos presentes nos artigos selecionados revela a diversidade de fundamentações utilizadas pelos autores para compreender e intervir em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Essas bases teóricas orientam as práticas profissionais e influenciam na escolha das metodologias de intervenção.

Dentre os aspectos teóricos mais frequentes estão leis e fundamentação jurídica embasadas em políticas públicas e rede de proteção como citações do ECA, Constituição federal, decretos entre outras sendo presente em 77% dos artigos analisados. Com relação às referências de conceituação, características e consequências psicológicas, físicas e sociais, observa-se que, todos os artigos analisados apresentam algum tipo de conceitos de violência, características e consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes. Quanto às referências de normas técnicas de atuação dos psicólogos, 23% apresentam alguma referência a essas normas. Já os dados epidemiológicos ou sociodemográficos sobre índices de violência sexual contra crianças e adolescentes aparecem em 46% dos artigos.

A análise dos artigos selecionados evidenciou um conjunto de competências essenciais à atuação dos psicólogos no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Tais competências vão além do domínio técnico, abrangendo habilidades relacionais, éticas e interpessoais que são fundamentais para uma prática qualificada e com a proteção dos direitos das vítimas. A literatura analisada aponta que o profissional precisa estar preparado para lidar com a complexidade dos casos, com os desafios institucionais, as exigências éticas envolvidas nesse tipo de intervenção, além da necessidade de conhecimento técnico e habilidades pessoais e interpessoais, sendo a competência mais frequente listada nos artigos analisados a necessidade de qualificação profissional para a atuação nessas entrevistas, bem como estudos sobre esse contexto de trabalho e procedimentos a serem realizados, seguido de habilidades pessoais e interpessoais como empatia, abertura para acolhimento, capacidade de trabalhar em equipe e criatividade, conforme apontado nos artigos. Tal resultado coaduna-se com premissas da SBPOT (2020) e o Conselho Federal de Psicologia (2020) os quais abordam que o desenvolvimento profissional contínuo, habilidades relacionais e estratégias de atuação frente a desafios são consideradas algumas das competências mais importantes.

Por desenvolvimento profissional contínuo entende-se a busca por atualização profissional dentro de um plano estratégico de carreira, acompanhando os principais desenvolvimentos teóricos e técnicos dos campos científico e profissional de sua área de atuação. Por habilidades relacionais entende-se as habilidades sociais no estabelecimento de relações profissionais, buscando assegurar a qualidade da sua atuação prática e a efetividade das suas intervenções tanto com outros profissionais quanto a indivíduos, grupos e sociedade em geral a qual esse trabalho se destina. Criatividade é descrita como a capacidade de desenvolver novas técnicas, métodos de intervenção e serviços, com base em critérios cientificamente estabelecidos e aceitos, de modo a suprir as necessidades (SBPOT,2020).

A avaliação das intervenções psicológicas realizadas com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual é um aspecto fundamental para compreender a eficácia das práticas adotadas. Os estudos analisados evidenciam que tais intervenções variam conforme o contexto de atuação, o referencial teórico adotado e os recursos disponíveis, mas compartilham o objetivo comum de promover o acolhimento, a ressignificação do trauma e o fortalecimento da autonomia e do bem-estar das vítimas.

Em contextos clínicos, os artigos apontam que intervenções com base na escuta empática, no fortalecimento dos vínculos afetivos e no resgate da autoestima das vítimas apresentam resultados positivos, especialmente quando o atendimento é contínuo e sensível às necessidades da vítima. Estratégias como o uso de técnicas lúdicas, abordagens cognitivo-comportamentais, Centrada na Pessoa (ACP) e de base psicanalítica são destacadas como as mais utilizadas nos atendimentos às vítimas e não colocando em detrimento outras abordagens, segundo os próprios autores dos artigos analisados. No contexto jurídico, os artigos apontam que intervenções tem como objetivo central a proteção e acolhimento das vítimas, propiciando um ambiente seguro e acolhedor, evitando a revitimização e fornecendo assistência às vítimas e aos familiares. Assim como em contextos clínicos, o uso de técnicas lúdicas, escuta especializada e acolhimento sem julgamentos são evidenciados como intervenções essenciais.

Os artigos analisados ainda ressaltaram os desafios enfrentados pelos profissionais da psicologia quanto a atuação e intervenção em contextos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Tais desafios envolvem desde a escassez de formação específica na graduação, a fragilidade das políticas públicas que sustentam os serviços de atendimento a esse público, a insegurança técnica e emocional diante da complexidade das demandas apresentadas pelas vítimas, especialmente quando não há suporte institucional ou supervisão adequada. Além disso, foi evidenciada a dificuldade em articular o trabalho psicológico com outros setores da

rede de proteção, como escolas, conselhos tutelares, serviços de saúde e o sistema judiciário.

A ausência de protocolos integrados e a comunicação fragmentada entre os profissionais dificultam a continuidade do cuidado, podendo levar à revitimização ou à negligência no atendimento.

Portanto, os desafios enfrentados não se restringem ao campo da técnica, mas abrangem também aspectos ético-políticos, institucionais e formativos, exigindo do profissional de psicologia uma atuação crítica, sensível e articulada.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, a revisão bibliográfica elaborada teve como objetivo analisar a atuação de psicólogos no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, investigando as principais práticas psicológicas relatadas na literatura científica nacional nos últimos cinco anos. A partir da análise dos artigos, foi possível identificar que a produção acadêmica sobre o tema, embora crescente e relevante, ainda apresenta limitações importantes quando analisadas a partir da combinação de descritores e recorte de tempo escolhidos.

Observou-se que muitos dos estudos selecionados oferecem uma abordagem ainda superficial frente à complexidade que envolve o atendimento às vítimas. Frequentemente, os artigos destacam aspectos legais e institucionais do atendimento, com ênfase em práticas protetivas como a escuta especializada, o depoimento especial e o trabalho em rede de proteção. Essa predominância de um enfoque jurídico pode evidenciar uma lacuna no aprofundamento das intervenções clínicas voltadas ao manejo do sofrimento psíquico das vítimas.

Além disso, embora o fenômeno da violência sexual infantojuvenil seja reconhecido como um problema multidimensional, os estudos analisados não adotam uma abordagem interdisciplinar. A articulação entre saúde, educação, assistência social e sistema de justiça ainda aparece de forma fragmentada, refletindo os desafios enfrentados pelos profissionais também na prática. A partir dos estudos analisados, percebeu-se uma escassez no detalhamento dos processos interventivo terapêuticos-clínico, as técnicas utilizadas, os referenciais teóricos adotados e os impactos a longo prazo das intervenções psicológicas nesse contexto. Observou-se, a partir dos estudos analisados, uma escassez notável de publicações que detalhem o processo interventivo terapêutico-clínico, as técnicas utilizadas, os

referenciais teóricos adotados e os impactos a longo prazo das intervenções psicológicas nesse contexto.

Diante disso, destaca-se a necessidade de mais pesquisas que aprofundem a temática da violência sexual na infância e adolescência, oferecendo subsídios teóricos e técnicos que possam contribuir para a formação e qualificação de psicólogas(os) tanto em contextos clínicos e jurídicos quanto em outras áreas da psicologia. Ademais, os artigos analisados não trouxeram de maneira clara e objetiva quais são as competências necessárias para a atuação do psicólogo e como a psicologia de maneira geral tem atuado em casos de violência.

Tendo em vista os resultados da análise, é possível confirmar parcialmente as hipóteses propostas neste trabalho. A análise dos artigos demonstrou que uma atuação qualificada do(a) psicólogo(a) no contexto judicial, especialmente por meio de práticas protetivas pode, de fato, favorecer encaminhamentos mais assertivos e humanizados às vítimas, contribuindo para um acolhimento mais efetivo e para o direcionamento às redes de cuidado e intervenção. Em relação à segunda hipótese, foi possível confirmar que existem competências específicas que precisam ser desenvolvidas para uma atuação ética e eficaz nesses contextos, como habilidades interpessoais, sensibilidade clínica, conhecimento técnico e formação continuada, embora os artigos raramente detalhem como essas competências são construídas e aplicadas na prática.

Por fim, o presente trabalho não tem como objetivo explorar o tema por inteiro, ao qual pode-se sugerir a realização de outros estudos voltados ao tema, essencialmente quanto aos conteúdos que perpassam o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes e a atuação do profissional da psicologia.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho – SBPOT. (2020). Competências para a atuação em psicologia organizacional e do trabalho: Um referencial para a formação e qualificação profissional no Brasil. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.
- Brasil. Lei n. 13.431/2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente Brasília, DF: Planalto Federal. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13431-4-abril-2017-784569-publicacaooriginal152306-pl.html>
- Bock, A. L., Furtado, R. L., & Teixeira, A. R. (2018). Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia. 15ª ed. Editora Saraiva.
- Conselho Federal de Psicologia. (2020). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual* (2ª ed., rev.). Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-na-rede-de-protecao-as-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual>
- Conselho Federal de Psicologia (2022 a). Quem faz a psicologia brasileira? um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: Volume II: Condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social. Conselho Federal de Psicologia—1. ed.—Brasília: CFP (Brasil)
- Conselho Federal de Psicologia (2022 b). Quem faz a psicologia brasileira? um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: Volume II: Condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social. Conselho Federal de Psicologia—2. ed.—Brasília: CFP (Brasil)
- Costa, F. Á. de O. (2013). O adolescente que cometeu abuso sexual: estudo da subjetividade no contexto clínico. 192 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- Cruz, M. A. da., Gomes, N. P., Campos, L. M., Estrela, F. M., Whitaker, M. C. O., & Lício, J. G. dos S. (2021). Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(4), 1369–1380.

Estatuto da Criança e do Adolescente. (2015). Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 13. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

Furniss, T. *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

Fundação Abrinq. (2024). *Um retrato da infância e adolescência no Brasil 2024*. Fundação Abrinq. -3. ed- Brasil. <https://fadc.org.br/sites/default/files/2024-11/Um-Retrato-da-Infancia-e-Adolescencia-no-Brasil-2024.pdf>

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa (Vol. 4, p. 44). São Paulo: Atlas.

Governo Federal. (2023). Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023. Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-maisde-17-5-mil-violacoes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeirosmeses-de-2023>.

Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica*. São Paulo. Casa do psicólogo.

Krug, E. G., Mercy, J. A., Dahlberg, L. L., & Zwi, A. B. (2002). O relatório mundial sobre violência e saúde. *Lancet (Londres, Inglaterra)*, 360(9339), 1083–1088.

Pelisoli, C. L., & Rovinski, S. L. R. (2020). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: Testemunho e avaliação psicológica*. Vetor Editora Psico-Pedagógica.

World Health Organization [WHO]. (2020). Sexual and reproductive health: Sexual violence. Recuperado de https://www.who.int/reproductivehealth/topics/violence/sexual_violence

World Health Organization. (2014). Global status report on violence prevention 2014. Geneva: WHO. Recuperado de <https://apps.who.int/iris/handle/10665/145086>